PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: **Projeto de Lei Legislativo nº 006/2026**

Autor: Poder Legislativo

Conclusão: Favorável

Relator: Matheus Olimpio Mezetti

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em análise é de autoria do Poder Legislativo Municipal e tem como objetivo **Dispor sobre a ampla divulgação dos Processos Seletivos Simplificados promovidos pelo Poder Executivo do Município de Tiradentes do Sul e dá outras providências.**

Enviado para análise da CAPA-assessoria, não obteve mensagem retificativa, estando o projeto dentro da viabilidade técnica.

VOTO DO RELATOR:

Sob o aspecto formal, a matéria revela aderência à competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, tendo em vista que a ampliação do acesso às informações sobre seleções municipais concretiza a publicidade administrativa e favorece a igualdade de oportunidades entre os interessados.

No projeto examinado, a obrigação consiste em divulgar informações sobre seleções nos canais oficiais já mantidos pelo Município. Não há criação de cargos ou órgãos, distribuição de tarefas a determinada Secretaria ou servidor, alteração de remuneração, requisitos de contratação ou regime funcional. Trata-se de regra geral de transparência, permanecendo sob responsabilidade do Executivo a organização interna de seu cumprimento. Nessas condições, não se identifica vício de iniciativa parlamentar ou afronta à separação dos Poderes.

O art. 2º preserva as formas de publicação legalmente exigidas e condiciona o uso das redes sociais à sua existência, sem impor a criação de perfis ou a contratação de publicidade. O § 1º exige divulgação em tempo útil à inscrição, e o § 2º contempla alterações relevantes à participação. O art. 3º estabelece conteúdo informativo pertinente, enquanto o art. 4º afasta a substituição da publicação oficial por postagens em redes sociais.

O art. 5º é compatível com a proteção de dados pessoais e com a vedação à promoção pessoal prevista no art. 37, § 1º, da Constituição Federal. A divulgação deve limitar-se às informações necessárias ao conhecimento da seleção, sem exposição indevida de dados pessoais. Não se identifica, no conteúdo analisado, incompatibilidade material com a Constituição ou com a legislação federal.

Diante do exposto, conclui-se pela **viabilidade jurídica e constitucional do Projeto de Lei Legislativo nº 006/2026**, que dispõe sobre a ampla divulgação dos Processos Seletivos Simplificados promovidos pelo Poder Executivo do Município de Tiradentes do Sul e dá outras providências.

Não se identifica óbice constitucional ou legal ao prosseguimento da tramitação e à aprovação da matéria, recomendando-se a correção formal da identificação do proponente. A apreciação de conveniência e oportunidade compete aos membros do Poder Legislativo.

ENCAMINHAMENTO DO PARECER:

Esta Relatoria, considerando a análise da Assessoria Jurídica, apresenta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Legislativo nº 0006/2026.

É o voto!

PARECER:

Assim, os vereadores da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Presidente: Renato André Both, Vice-presidente: Mateus Olímpio Mezetti e Membro: Roque Luft, examinando o Projeto de Lei Legislativo nº 0006/2026 emitem parecer FAVORÁVEL, nos termos do Relator.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 2026.

Relator designado: Matheus O. Mezetti

Membros: _____ Roque Luft

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Matéria: **Projeto de Lei Legislativo nº 006/2026**

Autor: Poder Legislativo

Conclusão: Favorável

Relator: Marcia Muller Pedrolo

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em análise é de autoria do Poder Legislativo Municipal e tem como objetivo **Dispor sobre a ampla divulgação dos Processos Seletivos Simplificados promovidos pelo Poder Executivo do Município de Tiradentes do Sul e dá outras providências.**

Enviado para análise da CAPA-assessoria, não obteve mensagem retificativa, estando o projeto dentro da viabilidade técnica.

VOTO DO RELATOR:

Sob o aspecto formal, a matéria revela aderência à competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, tendo em vista que a ampliação do acesso às informações sobre seleções municipais concretiza a publicidade administrativa e favorece a igualdade de oportunidades entre os interessados.

No projeto examinado, a obrigação consiste em divulgar informações sobre seleções nos canais oficiais já mantidos pelo Município. Não há criação de cargos ou órgãos, distribuição de tarefas a determinada Secretaria ou servidor, alteração de remuneração, requisitos de contratação ou regime funcional. Trata-se de regra geral de transparência, permanecendo sob responsabilidade do Executivo a organização interna de seu cumprimento. Nessas condições, não se identifica vício de iniciativa parlamentar ou afronta à separação dos Poderes.

O art. 2º preserva as formas de publicação legalmente exigidas e condiciona o uso das redes sociais à sua existência, sem impor a criação de perfis ou a contratação de publicidade. O § 1º exige divulgação em tempo útil à inscrição, e o § 2º contempla alterações relevantes à participação. O art. 3º estabelece conteúdo informativo pertinente, enquanto o art. 4º afasta a substituição da publicação oficial por postagens em redes sociais.

O art. 5º é compatível com a proteção de dados pessoais e com a vedação à promoção pessoal prevista no art. 37, § 1º, da Constituição Federal. A divulgação deve limitar-se às informações necessárias ao conhecimento da seleção, sem exposição indevida de dados pessoais. Não se identifica, no conteúdo analisado, incompatibilidade material com a Constituição ou com a legislação federal.

Diante do exposto, conclui-se pela **viabilidade jurídica e constitucional do Projeto de Lei Legislativo nº 006/2026**, que dispõe sobre a ampla divulgação dos Processos Seletivos Simplificados promovidos pelo Poder Executivo do Município de Tiradentes do Sul e dá outras providências.

Não se identifica óbice constitucional ou legal ao prosseguimento da tramitação e à aprovação da matéria, recomendando-se a correção formal da identificação do proponente. A apreciação de conveniência e oportunidade compete aos membros do Poder Legislativo.

ENCAMINHAMENTO DO PARECER:

Esta Relatoria, considerando a análise da Assessoria Jurídica, apresenta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Legislativo nº 0006/2026.

É o voto!

PARECER:

Assim, os vereadores da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Presidente: André Luis Lopes, Vice-presidente: Marcia Muller Pedrolo e Membro: Cibele Heisler, examinando o Projeto de Lei Legislativo nº 0006/2026 emitem parecer FAVORÁVEL, nos termos do Relator.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 2026.

Relator designado: _____

Membros: _____ _____